



## Boletim Nutrindo a Mudança – JUNHO DE 2024

### Pula a fogueira - as festas juninas e julinas transgênicas e a emergência climática

Por Susana Prizendt - C. P. C. A. P. V. e MUDA-SP

*Entre fast foods, OGMs, incêndios e inundações - considerados como parte do novo normal em tempos de ebulição planetária -, junho de 2024 ainda reverbera a energia transmutante da nossa cultura ancestral*

“Pula a fogueira, ioiô. Pula a fogueira, iaiá. Cuidado para não se queimar. Olha que a fogueira já queimou o meu amor.”

Getúlio Marinho (Amor)

“Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados. Mesmo queimando o nosso povo, não queimarão a ancestralidade.”

Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)

Enquanto a população gaúcha tenta se secar em meio ao dilúvio que abateu boa parte de seu território, o Pantanal agoniza de sede. Incêndios devoram um bioma que sempre se caracterizou pela abundância de águas, nas quais um conjunto de seres vivos nativos havia encontrado as condições necessárias para viver e se reproduzir. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, o aumento dos focos de queimadas [neste ano foi de quase 900%](#) - e ainda nem chegamos ao período do ano considerado mais crítico para o bioma, o que acende um alerta impossível de se ignorar.

Secas em lugares inesperados - como a que agora assola o Mato Grosso do Sul e a que ocorreu, há poucos meses atrás, na região do Rio Negro, em plena Amazônia -, são consequência do mesmo caos climático que gerou as enxurradas no sul do país. O aquecimento da atmosfera planetária, sufocada pelos gases de efeito estufa que a sociedade humana vem emitindo em ritmo acelerado, pode ser traduzido por um aumento da ocorrência de eventos extremos, que vão de furacões às nevascas, passando por muitos outros fenômenos que normalmente costumavam habitar mais os nossos pesadelos do que o nosso cotidiano.

A superfície da Terra está sendo tostada e sabemos que, se continuarmos no mesmo ritmo, a espécie humana corre sérios riscos de sofrer hipertermia, virar pururuca e ser devorada definitivamente pelo que podemos chamar de Antropoceno ou de Capitaloceno: a era geológica em que os seres humanos, movidos pela lógica do capital, passaram a interferir no sistema climático do planeta de modo pungente - alterando suas paisagens e seus fluxos, a ponto de deixá-lo à beira da sexta extinção em massa de sua história, a primeira provocada pela ação de uma única espécie de ser vivente.

Se os próprios “homo” sapiens vão fazer parte dessa leva de seres que sumirão do mapa é algo ainda em aberto, mas há motivos para crer que as chances são grandes e que os próximos anos serão determinantes para que escapemos ou não do desaparecimento - como demonstra Luiz Marques, em seu livro [“O Decênio Decisivo”](#). É um embate que vem se dando (e se dará cada vez mais) entre as forças destruidoras e as forças criadoras que nos habitam desde que conquistamos a capacidade cognitiva necessária para modificar o ambiente de forma tão incisiva. Mas, embora saibamos que não é possível isolar países do ponto de vista climático, vamos voltar por hora à nossa Terra Brasilis, e ao cenário que encontramos aqui.

Como os supermercados não deixam a gente esquecer - já que abarrotaram suas prateleiras com produtos típicos deste período -, estamos na dobradinha junho e julho, época dos arraiais e de preparar e saborear os quitutes da culinária caipira. É um tempo em que dançamos, cantamos, brincamos e enchemos a vida de cores, através de nossas roupas, acessórios e enfeites, como os varais de bandeirinhas de papel... Um tempo em que as fogueiras são acesas para aquecer as noites frias e iluminar os festejos, trazendo uma atmosfera de encantamento e alegria. Mas jamais imaginaríamos ver uma cena tão desconcertante (para não dizer uma palavra impúblicável), como vimos, há poucos dias, [no município de Corumbá](#), Mato Grosso do Sul: um arraiaí sendo festejado num primeiro plano, enquanto a paisagem no fundo era devorada por um fogo voraz.

Em sua origem, as festas juninas eram celebrações pagãs europeias para louvar a fertilidade da terra, emanando energias para que essa fertilidade se renovasse e gerasse colheitas fartas. Quando vieram para o Brasil, os portugueses trouxeram uma versão já adaptada à religiosidade cristã, na qual alguns santos são homenageados em dias específicos. É daí que surgiu a expressão “fazer um São João” como sinônimo de quermesse ou arraial. Dentro da massa pulsante que forma a cultura brasileira, a festividade foi se transformando e adquirindo características próprias nas diversas regiões do nosso território.

Aqui em São Paulo, morando num bairro residencial periférico, cresci acompanhando os preparativos para o evento. Desde a arrecadação de prendas - com cada pessoa da vizinhança doando o que podia para compor os prêmios de quem se saísse bem nas brincadeiras -, até os ensaios da quadrilha - momento alto da festa, com direito a realização do “casamento na roça” -, tudo era feito de forma bem comunitária. E é claro que as comidas e bebidas típicas também eram caseiras e cada família costumava preparar um prato doce ou salgado para formar o cardápio.

Era uma época em que não havia problema em comer tantos quitutes feitos de milho, como curau, pamonha e bolo de fubá, pois o ingrediente principal não vinha de plantações transgênicas. Algo muito diferente de hoje, em que o [triângulo amarelo contendo um T](#), símbolo de identificação de algo feito com insumos geneticamente modificados, deveria ser estampado em boa parte dessas comidas, se a lei fosse mesmo seguida. Depois que o grão caiu nas graças da máfia dos OGMs, ela inundou, em apenas algumas décadas, o território brasileiro com suas sementes patenteadas, dominando a produção e contaminando muitas das variedades campestres.

Com a instalação do império da bioengenharia monetarista - e suas experiências inescrupulosas com os elementos mais básicos da vida, das quais somos cobaias -, se tornou bem difícil conseguir comprar um produto alimentício que seja livre de alimentos que passaram por transgenia. Seja soja, seja o próprio milho, é necessário adquirir versões orgânicas para não ingerir as que tiveram seu DNA modificado com genes de outras espécies; modificação feita, muito provavelmente, para resistir aos efeitos de algum agrotóxico produzido pelas mesmas corporações transnacionais que patenteiam e produzem as sementes. Sim, ganhar em dose dupla é uma marca desse setor, como mostram as indústrias que fabricam tanto os venenos como os remédios para as doenças que eles causam.

O fato é que, atualmente, nossas festas caipiras não costumam contar mais com os milhos crioulos para compor as tais receitas da roça. Os pratos típicos a base do grão, que ainda resistem em meio à invasão de fast foods globalizados que encontramos nas quermesses país afora, fazem parte de uma cadeia produtiva que está diretamente ligada à destruição dos nossos ecossistemas e ao próprio drama climático. Junto com a soja e a cana-de-açúcar (também altamente presentes nos comes festivos para dar crocância e doçura, deixando tudo hiper palatável), a cultura do milho forma o trio campeão no [uso](#)

[de agrotóxicos](#), entrando no grupo das commodities comestíveis responsáveis pelo alto grau de contaminação de nosso solo, nossa água, nosso ar e nossos corpos.

A expansão dessas monoculturas envenenadas em todos os biomas brasileiros está diretamente relacionada com a desregulação ambiental causadora da fritura climática que ameaça inviabilizar o cultivo de muitas espécies de alimentos nas diversas regiões do país. Então, podemos ver que há uma contradição (mais uma no capitalismo!), quando uma festa que surgiu para celebrar a fertilidade da terra está enredada no sistema que está destruindo a capacidade da natureza de gerar comida saudável e nutritiva. Para nossa tristeza, boa parte dos arraiais realizados neste período tornaram-se festas-transgênico-juninas, muitas vezes embaladas pelo som de cantores do chamado “Ogronejo”, especializados em enaltecer o mundo rural mercantilizado. E passaram a fazer parte da engrenagem que vem moendo nossas esperanças em termos uma vida minimamente segura num futuro distópico que parece já ter chegado.

### **Arroz sem doçura**

Uma das consequências dramáticas das inundações no Rio Grande do Sul é que as águas devastaram as lavouras de arroz da agricultura familiar da região, responsáveis por uma parte expressiva da produção nacional. E o cultivo orgânico, justamente o que proporciona comida sem veneno para a população, inclusive para as crianças nas escolas públicas de muitos municípios, foi duramente afetado. Foram atingidos 12 assentamentos da Reforma Agrária, somando ao menos [420 famílias agricultoras](#), desmanchando um trabalho que é referência internacional em Agroecologia.

Como sempre, a lógica do poder econômico é a que prega a maximização dos lucros na fatura e na “fartância” (quando o que é essencial à sobrevivência falta). Assim, uma das primeiras medidas do lado Ogro da força foi espalhar boatos de que iria faltar arroz no prato e que as pessoas deveriam correr aos mercados para fazer estoque desse alimento tão fundamental na dieta brasileira. O efeito desse tipo de alarme não costuma ser outro, senão o de elevar os preços devido ao aumento da demanda, regra básica do capital. Toca o governo federal entrar em cena para pedir ao povo - ao menos ao setor que tem grana suficiente para comprar vários pacotes -, para não abarrotar a despensa com arroz porque não iria faltar e isso só geraria mais pressão no fornecimento, já prejudicado pelas chuvas atípicas no sul.

A divulgação de que haveria apoio à agricultura familiar gaúcha atingida pela catástrofe foi feita ao mesmo tempo em que se anunciava a importação de grande volume de arroz, o que garantiria que não faltasse no país. Se você pensou que esses informes iriam acalmar um pouco a população, errou redondamente: tome mais uma leva de mentiras nas redes anti-sociais, com direito a arroz chinês de plástico e outras aberrações. Então, o governo passou a desmentir mais esses absurdos, entre tantos que circularam, desde o início do drama gaúcho. Uma energia imensa do poder público acaba sendo drenada com essa guerra de versões, quando o que deveria ser alvo de drenagem é, literalmente, o solo da região atingida.

Independentemente dos resultados dessa queda de braços narrativa, é inegável que o arroz, assim como o feijão, [vem perdendo espaço](#) nas lavouras brasileiras. Neste mês de quermesses, ele sempre esteve presente em uma versão bem especial: o arroz doce. A receita típica, cremosa e com a picância da canela, faz parte dos quitutes apreciados nas festanças e enriquece o cardápio de comidinhas caseiras. E, diferentemente do que ocorre com o milho, a transgenia desse cereal ainda não se popularizou e é possível saborear o prato sem o desgosto de saber que está ingerindo algo feito com o domínio de OGM. Mas essa doçura está em ameaça.

Além de perder terreno para outras culturas mais lucrativas às empresas agroalimentícias e de ter sido atingida em cheio pelas cheias gaúchas, o grãozinho simpático - que faz um par tão saudável com o feijão - também é, há muitos anos, [alvo da máfia da biotecnologia](#), a que não se importa em criar e empurrar sementes com mudanças genéticas que podem fazer mal à saúde e gerar danos à natureza, desde que também gerem lucro. Até agora a sociedade esteve alerta e organizações de vários setores já manifestaram contrariedade ao cultivo do arroz transgênico, mas nunca podemos baixar a guarda porque o poder corporativo tem recursos pesados para desequilibrar a balança: grana, chantagem,

ameaças, desinformação, judicializações... o que não falta é munição para bombardear quem se colocar no caminho.

### **Bola na lata**

Por falar em bombardear, entre as brincadeiras juninas, uma que costumava fazer sucesso no meu tempo de garota era a bola na lata: latinhas empilhadas em uma prateleira eram alvejadas com bolas de meia e caíam em um tecido suspenso atrás da montagem. Dependendo de quantas delas a gente derrubava, a prenda recebida era mais valiosa. Se a presença da lata em si já representava a existência de alimentos industrializados processados na vida cotidiana, os produtos com embalagem de uso único ainda eram exceção na cozinha das pessoas. Hoje, eles já estão até em áreas muito remotas e desembalar e descartar são verbos mais do que corriqueiros no dia a dia.

A busca crescente pela padronização dos produtos alimentícios, trazendo maior durabilidade, facilidade de transporte e de armazenamento, está no centro do modelo agroalimentar atual, em que reinam aditivos artificiais para tentar mascarar a absoluta monotonia que o acomete. O que comemos vem sofrendo a mesma perda de diversidade sofrida nos campos. Cerca de 66% do que ingerimos globalmente deriva de [somente de nove culturas](#). Sim, isso significa perda de sabores, de nutrientes e de tradições culturais, muitas vezes milenares. Mas não é só: representa, também, a perda da saúde individual, coletiva e ambiental.

O modelo produtivo de alimentos (se é que ainda podemos chamar boa parte de seus produtos de alimentos) tem um impacto avassalador no planeta. A FAO, setor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, estimou que 31% do que emitimos de gases de efeito estufa provém do sistema agroalimentar globalizado. Se já é um número expressivo e que revela a necessidade de mudanças urgentes, dado o volume que ele representa, a situação aqui no Brasil é ainda mais gritante: só a agricultura é responsável diretamente por [quase metade das nossas emissões](#), segundo o relatório Net Zero Readiness Report 2023 .

Hoje, quem sofre mais com as consequências da insustentabilidade desse sistema são as populações em situação de vulnerabilidade, como mulheres, afrodescendentes, povos indígenas e populações periféricas em geral, sempre tentando transformar lugares que ainda não foram ocupados (justamente porque são de alto risco e menos atraentes para as gigantescas monoculturas de commodities ou para os agentes da especulação imobiliária urbana) em áreas habitáveis em que possam se abrigar. Mas, sem dúvida, cada vez mais gente vai ser afetada pela fritura climática e, em breve, todas as pessoas serão duramente atingidas.

Nos arraíás, outra das antigas brincadeiras que animavam as noites era a de pular a fogueira sem se deixar chamuscar pelas labaredas. É claro que o sucesso da pessoa que se dispunha a “brincar” dependia de suas condições físicas e do tamanho do fogo. Havia quem pulava. Ainda há quem pule. Habilidades diferentes e privilégios sempre fizeram parte da civilização humana, em menor ou maior grau. Mas há limites. No caso do clima, se a fogueira planetária seguir sendo alimentada, em breve não haverá quem possa pular suas chamas cada vez mais inclementes.

Ainda considero junho um mês muito especial. As celebrações típicas podem ter se transformado ao ponto de um espaço como o Parque da Água Branca realizar a “festa do morango”(!!!) em seu arraíá, e de um conjunto de organizações veganas anunciarem que, [em sua festa junina](#), a maior do setor no país, haverá, além dos quitutes tradicionais, “gostosuras de vários países como comida japonesa, indiana, árabe, congoleza, mexicana, italiana e também fast food como hambúrgueres, hot dog, pizzas, pastel de feira, salgados, tudo na versão vegana.” Ufaaaa. Não vão ter comida neozelandesa “plantibeesedi” também?

Apesar dessas quebras nas tradições culinárias, os pratos juninos típicos ainda resistem e, devido ao fato de o milho ter sido abraçado pelo complexo agroalimentar dominante, as receitas feitas com ele sobreviveram e seguem incrivelmente populares, e a antiga pa’muñã indígena, hoje chamada de pamonha nas nossas grandes cidades, continua firme no menu, guerreira como os povos que a criaram. Mesmo se for preparada com grãos transgênicos e açúcar repleto de agroquímicos (ao invés de levar variedades crioulas diferentes, de acordo com o povo originário que a preparava), ela tem uma

simbologia importante, inclusive por - milagrosamente(!) - manter em uso sua antiga “embalagem” natural: a própria palha que reveste a espiga do milho.

Se você acha que a dimensão simbólica não tem relevância dentro da sociedade atual, com seu modelo produtivo baseado na mercantilização da vida, acho que vale refletir melhor. Ela é uma das chaves para mobilizar forças ancestrais profundas dentro de nós, que permeiam nossa existência como corpo coletivo. A própria imagem do fogo, como símbolo de transformação, segue em disputa. A madeira que alimenta as chamas de nossas fogueiras juninas, magnetizando nossos olhares, pode, em manejos tradicionais, virar as cinzas que vão fertilizar o solo e não a poeira que ameaça transformar territórios vivos em áreas desoladas, em que a esterilidade predomina.

Nas festas deste período, os sons emitidos pela sanfona, pela zabumba e pela rabeca, ecoam dentro de nós, nos remetendo aos sons da própria natureza. As danças feitas de forma comunitária, como as que dão movimento às quadrilhas, nos conectam às antigas cirandas que marcaram nosso florescimento cultural. Por tudo isso, ainda me deixo encantar pela temporada junina, mantendo viva uma imensa vontade de retirar dela as transgenias que nos últimos tempos se infiltraram em sua corporalidade. Acho, sinceramente, que isso é parte da tal luta da vez, a “luta pela maravilha”, termo cunhado por Paolo Demuru em seu livro “Políticas do encanto”, que está sendo lançado aqui no Brasil pela Editora Elefante.

Felizmente, para mergulhar de cabeça nessa luta, por ser uma ativista agroecológica, tenho acesso a arraiás sem OGMs, em que é possível saborear alegremente um cuscuz, uma broa de fubá e outras tantas delícias da chamada cultura da roça. Momento de reavivar as utopias, celebrar a ancestralidade, abrir espaço para o encantamento e, quem sabe, embora eu não seja católica e tenha sérias críticas ao patriarcado branco ocidental, pedir licença à Pachamama e fazer uma promessa para um dos três santos homenageados nas festas juninas: ei, São Pedro querido, que tal mandar água na medida certa para os locais que mais precisam e dar um tempo nas enxurradas nas regiões que já estão pra lá de afogadas?

## Saber Funcional

### **Hora de saborear as comidas típicas da roça - aprenda a preparar a puba para fazer um bolo divino**

Por Valéria Paschoal - VP Consultoria Nutricional

As festas temáticas de junho e julho nos fazem pensar sobre inúmeros assuntos: cultura brasileira, costumes, comidas típicas e tradições. Entretanto, elas vêm perdendo suas formas de organização e precisamos abrir os olhos para o modo como a alimentação está sendo tratada durante sua ocorrência.

Comidas típicas da roça têm sido substituídas por fastfood industrializado e o desperdício também chama a atenção. Podemos, sim, aproveitar melhor os ingredientes e sermos mais sustentáveis, preparando receitas mais saudáveis, saborosas e com qualidade nutricional, durante esse período tão especial.

Essa data também é importante para lembrarmos das tradições de nossos avós, pessoas que possuem ensinamentos culinários valiosos. Um exemplo é a puba, preparação que fazia parte de reuniões familiares em diversas regiões do país. Com o tempo, perdemos o hábito de pubar os alimentos.

Talvez você não saiba que podemos pubar batatas, mas principalmente, a mandioca - o que conferirá tradicionalidade, qualidade nutricional do começo ao fim e, com certeza, é mais sustentável. Quando falamos de PUBA de mandioca, entendemos que é um alimento natural e sem glúten, rico em ferro, cálcio, potássio, magnésio e vitamina B6 e mais benéfico que muitos probióticos quando o assunto é microbiota intestinal.

Para fazer a PUBA é simples, porém, é necessário paciência porque pode ser um processo mais demorado: pegue 1 quilo e meio de mandioca (aipim, macaxeira), descasque e corte em pedaços médios (aproximadamente 8 cm); coloque a mandioca numa vasilha com água até cobrir completamente.

Cubra com um pano e reserve em um local escuro e seco por 1 semana (7 a 10 dias), para fermentar - não precisa trocar a água; no oitavo dia, escorra a água e desmanche a mandioca com as mãos - ela estará bem mole, esfarelado. Se as mandiocas ainda estiverem duras no centro, retire o filamento duro do centro e triture as mandiocas num processador; coloque as mandiocas esfareladas em um pano bem limpo e arrume dentro de um escorredor.

Deixe escorrendo o líquido por 12h; no final desse tempo torça o pano com a massa no interior, para conseguir uma massa de puba bem sequinha; por fim transfira a massa de puba para um pano seco e deixe repousando de um dia para o outro (de preferência durante a noite).

É importante salientar que a PUBA pode ser usada em tortas salgadas ou doces, bolos, mingaus, sendo uma ótima opção como sobremesa nas festas típicas de São João. Desta vez, quero te ensinar a fazer um bolo de puba:

### **Bolo de puba**

#### **Ingredientes:**

1kg de puba fresca

4 ovos

1 xícara de açúcar de coco

250 ML de leite orgânico

60g de manteiga de garrafa derretida

**Modo de Preparo:** Pré aqueça o forno a 220°C. Em uma tigela esfarele a puba com as mãos. Acrescente os ovos, o açúcar, o leite e a manteiga. Misture bem com uma colher. Coloque um pouco de manteiga de garrafa no fundo da forma, aproximadamente 4 colheres de sopa, e despeje a massa. Leve ao forno por aproximadamente 50 minutos. Pode servir.

### **Já Mudou!**

#### **Ações de assistência técnica rural voltadas a pequenos agricultores localizados no bioma Pampa**

Por Marcos Antônio Corbari - MPA Brasil

Iniciou na manhã do dia 24 de junho, no centro de formação da Embrapa Clima Temperado, em Pelotas (RS) o curso de formação de agentes de assistência técnica rural promovido pelo Instituto Cultural Padre Josimo (ICPJ) e Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). O objetivo da atividade é a formação de grupo gestor e agentes que vão trabalhar no projeto Bem Viver Pampa, que vai atender 500 famílias de pequenos agricultores de matriz familiar, camponesa e assentados da reforma agrária em 18 municípios na região sul do RS. Também participam da atividade representantes da Embrapa, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Durante a fala de acolhida aos participantes, Frei Sérgio Görden, diretor do ICPJ, destacou a importância da retomada do programa de Ater como uma das ações mais importantes desenvolvidas pelo Governo Federal junto ao povo do campo, com destaque aos pequenos agricultores das mais diferentes matrizes. “Também temos que destacar essa retomada da Anater, lembrando que a sua constituição foi objeto de um momento de luta pelos Movimentos Sociais, voltando a cumprir o papel institucional estabelecido no momento de sua criação”, afirmou. Saudou ainda a Embrapa e o seu papel estratégico no desenvolvimento científico e na construção de canais de acesso para que o saber produzido nas instâncias da pesquisa e da academia cheguem de fato até o povo. Já sobre o MDA, Görden frisou o papel que exerce na reconstrução das políticas públicas do campo e, de modo destacado, com os pobres do campo, alertando que: “O caminho é positivo, mas ainda precisamos que aumente e que acelere, porque o campesinato já sofreu e esperou demais”.

Durante os 5 dias de formação os participantes terão a oportunidade de acessar construção de conhecimentos referentes às famílias beneficiárias, a recuperação de recursos hídricos no território

atendido e a metodologia apropriada para a execução das atividades previstas no plano de trabalho. O programa de formação prevê informações sobre o público beneficiário, diagnósticos, planejamento, políticas públicas, diagnóstico rural participativo, metodologia, apropriação tecnológica.

Izabel Silva, gerente de formação e qualificação da Anater lembrou Paulo Freire ao dar abertura à formação, citando que a assistência técnica é um processo de comunicação e extensão. “Para mim é muito caro estar neste espaço, pelo que ele representa e de modo especial com o ICPJ também pelo que ele representa”, citou. Registrou que a Anater está fazendo 10 anos e embora tenha passado por alguns anos de obscuridade no último período, está retornando através de um projeto de retomada da participação social: “Estamos devolvendo à sociedade o que de fato é a sociedade”. Explicou que para a atual gestão da agência a extensão rural é um processo pedagógico e a relação com as instituições também deve ser um espaço pedagógico. “O programa Bem Viver Pampa é uma demanda real da sociedade, um comprometimento do ministro Paulo Teixeira do MDA a partir da demanda de um problema sério da região”, explicou, lembrando do momento difícil que o estado passou recentemente com três períodos sucessivos de seca e que atravessa agora com as enxurradas e enchentes.

### **Parceiros celebram a perspectiva de retorno das ações de Ater**

Adilson Schuch, dirigente do MPA, aponta que a contratação do projeto vai atender a uma base social importante, que precisa muito de inserção nas políticas públicas, de modo que saia do status de invisibilidade a que está imposta ao longo dos últimos anos. “É uma instância de reconhecimento para defendendo a preservação do meio ambiente”, afirmou. Falando em nome da chefia da Embrapa Clima Temperado, o pesquisador Costa Gomes agradeceu a escolha da sede da Cascata para acolher a formação e informou que naquele local foi instalado desde a década de 40 do século passado um centro ecorregional que trabalha com agroecossistemas e com os públicos que trabalham com esses agroecossistemas: “Costumo dizer que essa estação tem DNA agroecológico desde o seu nascimento. Quem vem pra cá acaba se contaminando com o clima agroecológico que essa estação tem”. O curso, segundo Costa Gomes, fortalece a posição dos pesquisadores da casa, que militam para que a ciência seja democraticamente apropriada pelo povo.

Para o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Anderson Lobato, a atividade realizada na formação de agentes técnicos para Ater, fortalece a ideia de que se transfira recursos hoje centralizados em Brasília para que cheguem de fato até quem mais precisa dele. “A ideia de retomar a política territorial no MDA é muito importante”, afirmou, anunciando que em breve o MDA vai realizar ações de retomada nos 18 territórios constituídos no Estado do RS. Já o diretor da Unipampa Campus Bagé, Alessandro Carvalho Bicca, explicou que a universidade já está operando junto com o ICPJ e com o MDA em um programa de fomento, em linha semelhante ao que se vai fazer agora, ou seja, “dar assistência técnica a quem mais precisa dela, a quem está numa linha de muitas dificuldades e que mesmo invisibilizado segue lutando para produzir alimentos”.

A formação de 40 horas se estende até o final desta semana e a atuação dos técnicos capacitados deverá iniciar nos primeiros dias de julho, já iniciando as visitas, cadastramentos e primeiros atendimentos às 500 famílias selecionadas.

## **Vamos Mudar?**

### **Os Preços do cigarro e da cerveja subiram menos que do arroz e do feijão nos últimos 4 anos**

Por ACT Promoção da Saúde

*Pesquisa inédita analisa evolução de preços de cigarro e cerveja comparado a alimentos essenciais como o arroz e o feijão no Brasil*

A evolução do preço do cigarro e da cerveja, no Brasil, se manteve abaixo da de alimentos da cesta básica, como o arroz e o feijão. É o que mostra o relatório inédito “Tabaco, Álcool e Alimentos: Evolução

dos Preços e Prioridades nas Políticas Públicas” do economista Valter Palmieri Júnior, revisado pela organização ACT Promoção da Saúde.

O relatório mostra, por exemplo, que entre dezembro de 2019 e março de 2024, de todos os 186 itens de alimentação que são pesquisados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, 65,1% subiram de preço mais que a cerveja e 81,2% subiram mais do que o cigarro.

Nos últimos anos, os preços dos alimentos estão subindo em um ritmo acima da inflação, superior ao IPCA geral, enquanto com os cigarros acontece o inverso. Na prática, esse dado revela que o cigarro ficou relativamente mais barato nos últimos anos que outros produtos na economia, principalmente em relação aos alimentos mais consumidos pelas famílias brasileiras. Entre 2016 e setembro de 2023, a cesta básica do DIEESE aumentou de preço 64,6%, enquanto o preço mínimo do cigarro permanece o mesmo desde 2016. A pesquisa mostra a seguinte comparação: se uma pessoa comprava, em dezembro de 2016, um maço de cigarro por semana, pagando o preço mínimo de R\$ 5, o gasto mensal seria de R\$ 150. Considerando os preços do Procon do arroz, isso daria para comprar, em 2016, 57,4 quilogramas de arroz agulhinha. Hoje, com o mesmo valor, poderia comprar apenas 32,5 kg, pois o preço do arroz, assim como de outros alimentos essenciais subiu bem mais no período, embora o do cigarro tenha permanecido o mesmo.

Segundo o pesquisador, a atualização da política de preço mínimo é importante porque quanto mais baixo o valor, maior é a acessibilidade do cigarro, especialmente para os jovens e população de baixa renda. Os fumantes brasileiros destinaram cerca de 8% do rendimento médio mensal domiciliar per capita para a compra de cigarros industrializados. O percentual do gasto médio mensal chegou a quase 10% desse rendimento, entre os fumantes de 15 a 24 anos, e foi ainda maior para aqueles com Ensino Fundamental incompleto.

Isso significa que quanto menor a renda da família, maior a importância do cigarro nas despesas familiares. As estimativas mostram que para cada aumento de 10% no preço, os fumantes de classes sociais desfavorecidas têm ganhos de renda líquida de cerca de R\$ 39 reais mensais.

Já a cerveja, culturalmente incentivada no país, tem cenário distinto. Quanto maior a renda, maior é a proporção dos gastos com álcool em relação ao total de despesas com alimentação. A estimativa, portanto, é que quanto mais a renda média aumentar, mais será gasto com cerveja. No país, observa-se uma tendência preocupante em relação à arrecadação tributária proveniente das bebidas alcoólicas, que registrou queda nos últimos anos, apesar do aumento significativo no número de cervejarias.

Em 1970, o consumo de álcool pela cerveja no Brasil representava apenas 22,3% do total, crescendo rapidamente em duas décadas para 58,5% em 1991. Em 2003, a participação da cerveja reduziu para 46,5%, mas o valor voltou a subir e, atualmente, a participação da cerveja no mercado brasileiro representa cerca de 90% do consumo, segundo dados do IBGE. Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2018) também confirmam que a cerveja é a bebida alcoólica mais consumida no Brasil, representando 87,8% do consumo em litros de todas as bebidas com álcool.

Entre 2010 e 2017, o número de registros de cervejarias aumentou 486%, demonstrando um crescimento substancial e que ainda persiste. No mesmo período, o número de buscas por “cervejas artesanais” no Google cresceu uma média de 582,24%, refletindo um crescimento significativo tanto na oferta quanto na demanda.

Mais da metade do volume de cerveja consumido pelos brasileiros é adquirido e consumido fora de casa, representando 51% do total consumido. Esse cenário é ainda mais acentuado entre os adolescentes, onde 65,4% do consumo de cerveja ocorre fora do ambiente domiciliar.

Desde janeiro de 2012 até 2023, o preço da cerveja teve um aumento acumulado de 115% se considerarmos a cerveja fora do domicílio, e de 110,76% para o consumo doméstico. Nota-se que o aumento mais expressivo foi de janeiro de 2012 até janeiro de 2017, voltando a subir a partir de meados dos anos 2020, ano da pandemia da Covid-19.

A análise da evolução dos preços médios do saco de arroz e da cerveja desde dezembro de 2019 até 2024 (de acordo com os dados do IPCA-IBGE e preços atuais do supermercado Pão de Açúcar, marcas mais consumidas) revela tendências importantes com implicações para a saúde pública.



Durante esse período, o preço do arroz teve um aumento substancial, de R\$12,85 para R\$32,47. Em contraste, o aumento no preço da cerveja, de R\$35 para R\$41,88, ou seja, menos acentuado. Para ilustrar o impacto dessas tendências de preços, se o arroz tivesse sofrido um aumento proporcional ao da cerveja desde dezembro de 2019, seu preço atual seria apenas R\$16,57. Por outro lado, se a cerveja tivesse seguido a trajetória de aumento do arroz, um pacote de 12 latas de cerveja custaria hoje R\$88,41.

O mesmo exercício é feito com o feijão, que subiu de preço segundo o IPCA-IBGE 71,80% entre dezembro de 2019 e abril de 2024. Embora o aumento tenha sido menor que o do arroz, foi mais que o dobro da elevação da cerveja. Valter Palmieri enfatiza que a tributação especial de cigarro e cerveja, ambos produtos nocivos à saúde pública, é importante porque desestimula a demanda por eles. Uma boa oportunidade para a revisão da política pública é a Reforma Tributária apresentada recentemente pelo governo ao Congresso, que coloca ambos os produtos analisados no Imposto Seletivo.

No entanto, Palmieri explica que a política tributária de produtos nocivos deve também se atentar aos insumos básicos para a produção da cerveja e o cigarro, pois “tão importante quanto a tributação final do produto é o encarecimento do processo produtivo que poderia ser promovido com a tributação dos insumos básicos, no caso cevada, malte, lúpulo e tabaco cru”.

## Brotar é Preciso

### Confira o vídeo da Série Sagrado Sarraceno - Episódio 1: Pipoca e Gostosuras

Por Conceição Trucom - Doce Limão

Eu prometo que o Santo Sarraceno vai se tornar muito PRESENTE no altar-despensa de sua cozinha-cruzinha... [Este vídeo é o primeiro episódio desta série Sagrado Sarraceno](#), ensinando o preparo desta DIVINA PIPOCA, rica em fibras, proteína, flavonoides, minerais, vitaminas + aroma, sabor e aventuras culinárias! Os 4 episódios estão no meu livro Santo Sarraceno, onde completar tanto conhecimento sempre será um "Oráculo de Gostosuras".

EP 2 - KUTIA = Pudim doce de Sarraceno, leites vegetais e méis veganos

EP 3 - Pralinê e Confeitarias com Sarraceno

EP 4 - Chantily de Sarraceno

**Ingredientes:** 1 xícara (chá) de semente de sarraceno (previamente catada), 1/2 xícara (chá) de semente de gergelim branco (opcional o gergelim preto), 2 colheres (chá) de sal integral.

**Preparo:** colocar todos os ingredientes numa frigideira de parede grossa (para conseguir uma torra lenta e gradual) e ficar mexendo por cerca de 7-10 minutos para não deixar queimar. Como elas pipocam mas não estouram em flor, caso você tenha dúvida sobre o momento de finalizar, experimente uma pequena porção, incluso para acertar o tom de sal. Depois de pronta, deixe esfriar e passe para um frasco de vidro com tampa.

**Validade:** para manter o sabor de crocância e exótico de uma torra recomendo 30 dias na geladeira ou 7 dias fora da geladeira. Lembrar que o óleo do gergelim exudou enquanto a torra acontecia, então ele vai oxidar OK?

**Opções e Dicas:** transformar a pipoca em FARINHA, para tanto é suficiente bater no liquidificador... Seja transformando em uma farinha lisa, ou no pulsar para obter uma farinha mais crocante. Recomendo transformar em farinha somente a quantidade que será usada para preparar uma FAROFA, um CRACKER ÁGUA E SAL (página 118) NHOQUE ou HAMBÚRGUER (páginas 128 e 135 respectivamente). Também podemos preparar uma opção DOCE desta PIPOCA que chamamos de PRALINÊ (página 116), num CHOKITO (PÁGINA 117).

**Finalmente:** deliciosa para comer como um lanche, mas também sobre canapés, saladas, na cobertura de tortas, quiches ou pizzas e até na massa de pães, waffles, nhoques, biscoitos e tortas.

## Semeando

### MUDA nas hortas de Osasco, agenda de Agricultura Urbana, campanha da Aliança e muito mais!

#### Destaques:

- O MUDA - Movimento Urbano de Agroecologia – segue encantando a todos com o Ciclo de vivências sobre Cultivo, Alimentação e Saúde 2024, feito em parceria com o SESC Osasco. [As atividades são divulgadas no Instagram](#), são gratuitas e acontecem todas as quintas-feiras, às 14 horas, em hortas comunitárias do município. A próxima será no dia 4 de julho e o tema é desidratação de alimentos, com a construção de um desidratador e orientações para utilizar hortifrutis desidratados em receitas mais do que saborosas. O ciclo faz parte do projeto Germinar, em que integrantes do MUDA se juntam a agricultores urbanos de Osasco em busca de uma nova maneira de viver a cidade e se relacionar com o campo. Um pouco do resultado disso tudo você vê [em um lindo vídeo!](#)

- Você conhece as [Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano](#)? Segundo a ONU e o IBGE, até 2050, dois terços da população mundial viverão em áreas urbanas, enfrentando desafios como falta de acesso a alimentos saudáveis. No Brasil, onde 85% da população já reside nas cidades, a agricultura urbana e periurbana é essencial para garantir segurança alimentar, gerar renda e promover a sustentabilidade. Isso requer uma ação governamental coordenada e parcerias locais para planejar e reconfigurar o território de forma colaborativa. O documento "Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana" foi desenvolvido em resposta à necessidade de orientação conceitual e metodológica por parte de municípios brasileiros. Além de sistematizar a literatura e interagir com práticas locais, destaca o potencial da AUP para enfrentar desafios urbanos. O documento enfatiza que, para alcançar seus benefícios ao longo do tempo, a AUP requer uma abordagem estratégica e gradual de institucionalização, combinada com o fortalecimento e multiplicação de iniciativas e programas. Ele foi realizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVces), TEEB Agricultura e Alimentos/PNUMA e Coordenação-Geral de Apoio à AUP, ligada ao MDS. [Vale rever aqui a live do lançamento.](#)

- E o cultivo em espaços urbanos e periurbanos está mesmo ganhando espaço nos estudos e na mídia. Já ouviu falar da plataforma [Visão Agricultura Urbana](#)? Ela apresenta o mapeamento das áreas destinadas à AUP nos municípios de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, associados a indicadores sociais e econômicos e aos equipamentos de segurança alimentar e nutricional (bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares). Você também pode contribuir incluindo as suas ações na plataforma.

- Neste ano de escolha de prefeitos e vereadores, o Nexo organiza o evento [O que pode um município](#), para debater sobre as possibilidades e limites dos gestores locais no enfrentamento dos problemas das cidades. Em uma semana de encontro, as discussões tratam de [Quem é quem numa gestão municipal](#), [Como as cidades acolhem a infância](#); [A ação local contra as mudanças climáticas](#); [A questão da segurança muito além das polícias](#) e [O desafio de eleger mais prefeitas e vereadoras](#). Todas podem ser vistas no canal do Nexo no YouTube.

#### Atividades e petições:

- No dia 27 de junho, foi realizada na Câmara dos Deputados a Conferência Internacional [Rumo a um marco regulatório internacional para agrotóxicos](#). O atual quadro mantém uma profunda assimetria global norte-sul que expõe os seres vivos de forma desigual a produtos altamente tóxicos. É prioridade estabelecer regras internacionais que proíbam a comercialização e uso dessas substâncias no Sul Global.

Aproveite [para baixar o material](#) que embasa a mobilização feita por um conjunto de países pela contenção dos abusos que vem sendo realizados.

- Tem [campanha da Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável no instagram](#)! A Câmara dos Deputados está diante de uma oportunidade única de melhorar a saúde da população - mas precisamos da sua ajuda para chamar a atenção dos parlamentares, topa? Estamos unidos e unidas a um grupo de especialistas e ativistas que defendem uma reforma tributária saudável, que incentive a alimentação saudável e desincentive produtos nocivos, como os ultraprocessados. Se você concorda com a gente, marque o deputado Reginaldo Lopes ([@reginaldolopesmg](#)) que é integrante do GT da Reforma Tributária, e nos ajude a mostrar a força e a importância do nosso apelo. Por uma reforma saudável, já!

- O Museu A CASA do Objeto Brasileiro, localizado em São Paulo, está sediando uma mostra sobre a [trajetória do Instituto Socioambiental – ISA](#), que celebra 30 anos de atuação em defesa da natureza. Vale a pena acompanhar as atividades que estão na programação cultural “Papo de CASA”, que vai seguir até o dia 24 de agosto.

### **Publicações e relatórios:**

- Confira a [nova edição da Revista Brasileira de Agroecologia](#), número 19, com artigos sobre Sistemas Agroflorestais, a Necropolítica dos Agrotóxicos, Saúde, campesinato e os animais e Regulação biológica, além de um editorial sobre a situação no RS.

- Destaque da nona edição da revista Casa Comum: [O direito ao Bem Viver em meio às diferenças das cidades brasileiras](#) - Nilma Bentes, Naiara Leite, Igor Pantoja, Renato Pequeno, Maria Ribeiro e Luiza Mello foram os entrevistados da reportagem Em Destaque da 9ª edição. Cada um trouxe aspectos importantes quando o assunto é Bem Viver nas cidades: o aprendizado com saberes ancestrais, a sabedoria e experiência de mulheres negras com o Bem Viver, uma estratégia de intersectorialidade para otimização de recursos públicos, uma escuta ativa da população, o uso de soluções baseadas na natureza, a moradia como direito fundamental para analisar o acesso a outros direitos, a perspectiva das periferias, o desafio das mudanças climáticas e segurança alimentar foram alguns dos temas abordados.

- Já está disponível o [Atlas da Violência no Brasil](#) - Relatório do IPEA revela que 50 mil jovens são assassinados por ano, totalizando 321 mil mortos nos últimos 10 anos. Nenhuma guerra nesse período matou tanto. Há genocídio de nossa juventude negra nas periferias. Metade dos homicídios do Brasil está em 3% das cidades; veja quais são as mais violentas.

- Presentes nas mais diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nas cinco regiões do Brasil, os Núcleos de Estudos sobre Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs), representam importantes ambientes de construção do conhecimento agroecológico. Desde a posse do novo Governo Lula, há a expectativa do lançamento de um novo edital e, mesmo após um conjunto de iniciativas de incidência política ter sido posto em prática pela ABA e outras entidades/instituições/coletivos parceiros, como a CNAPO, até o presente momento o Edital de Apoio aos NEAs não foi publicado. Leia a [Carta Aberta em Apoio aos Núcleos de Agroecologia](#), assine e compartilhe.

### **Reportagens, artigos, posts e vídeos:**

- O [Instagram da Dra Valéria Paschoal](#) traz um chamado para que pesquisadorxs enviem seu trabalhos científicos para o Congresso de Nutrição Funcional 2024, que será nos dias 19, 20 e 21 de Setembro, no Centro de Convenções Frei Caneca - São Paulo. Você não vai perder a oportunidade de participar do MAIOR evento da área e ainda concorrer a diversos prêmios né?!

- Confira o debate sobre [Segurança Alimentar em Emergências Climáticas](#), organizada pela Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Desde secas extremas no Norte e Nordeste até enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul, essas calamidades ameaçam nossa soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada. Convidadxs: Bruna Crioula, Juliano de Sá, Iya Itanajara de Oxum, Kátia Cesa e Elisabetta Recine.

- Em tempos de luta por direitos básicos, leia o artigo [Glifosato e deputados pró-vida - Coincidências entre o PL do Veneno e o PL do Estupro](#). Ele relata como há maiores taxas de abortos espontâneos nos municípios que colhem mais grãos. Os pesquisadores observaram que os números podem ser muito mais altos, já que nem todos são notificados pelos equipamentos de saúde. É necessário frear a hipocrisia que tem predominado em relação ao assunto e debater os verdadeiros problemas estruturais que causam danos à saúde das mulheres e bebês.

- Mudanças climáticas e luta contra desigualdades: especialistas elencam urgências no debate sobre bem viver nas cidades. A [2ª edição do Diálogos Casa Comum](#), realizada em 19 de junho e palco do lançamento da 9ª edição da revista, contou com a participação de Luciene Kaxinawá e Rodrigo Iacovini.

- Recentemente, o CTXT fez [uma entrevista com Vandana Shiva](#), uma das ativistas e intelectuais ecofeministas mais reconhecidas de nosso tempo. Doutora em física quântica, foi uma das fundadoras do Fórum Social Mundial, pioneira na abertura do debate agroecológico e sobre o controle de sementes e é autora de mais de 15 livros. Desde 1987, lidera o sítio agroecológico e o banco de sementes Navdanya, no norte da Índia, e contribui para organizar as lutas camponesas em todo o mundo.

#### **Dica extra:**

- Dica do [Sindinutri-SP](#): A série "O Guia Alimentar na Atenção Básica", organizada em quatro episódios, apresenta encenações de situações concretas de implementação do "Guia Alimentar para a População Brasileira" por profissionais de saúde da Atenção Básica. Cada um dos episódios também tem uma versão comentada, com legenda explicativa, locução e animação para uso em ações de formação, capacitação e educação permanente em alimentação adequada e saudável. O material foi desenvolvido durante o doutorado de Lígia Cardoso dos Reis, orientado pela Profa. Patricia Constante Jaime, no Programa de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP. Acesse as Notas Pedagógicas, que se encontram no [e-Coleções da FSP/USP](#) e orientam como utilizar os vídeos na capacitação de profissionais e estudantes da área da saúde para a implementação do "Guia Alimentar para a População Brasileira": <https://bit.ly/2kBe73i>. Realização: Nupens USP Apoio: CNPq e Fapesp Veja a série completa [aqui](#)

## **CSAção**

### **Experimentos de humanização da economia – leia o terceiro texto da série que aborda o tema**

Por Daniel Pestana Mota, diretor presidente da Associação Comunitária CSA Brasil

Dando sequência à nossa série de quatro pequenos textos que abordam uma nova possibilidade de se pensar a economia, falaremos um pouco da chamada ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA. Este movimento, que foi articulado em 01 de maio de 2019, tendo por precursor Jorge Mario Bergoglio – o papa Francisco – iniciou-se a partir de um documento, uma carta convocatória intitulada “Carta do Santo Padre para o Evento A Economia de Francisco”, que convidava economistas jovens, ainda em formação, empresários e agentes de mudança a reunirem-se no ano seguinte, a partir de março de 2020, com o intuito de repensar a economia capitalista nos moldes existentes para, a partir daí, encetar iniciativas de índole coletiva, no âmbito global, visando modificá-la.

Para Francisco, a ideia central é a de que a economia deve servir à sociedade, nunca o oposto, e para isso se faz necessário estabelecer um pacto comum em âmbito mundial capaz de apontar caminhos que levem a um novo paradigma socioeconômico. Este paradigma seria caracterizado pela colaboração, distribuição, igualdade, sustentabilidade, equilíbrio nas relações entre pessoas e países, comércio justo e solidário, e ainda consumo responsável. Os fundamentos da proposta de Francisco estão em três documentos católicos oficiais, à saber: uma Exortação Evangélica Evangelii Gaudium (2013) e duas Cartas Encíclicas intituladas por Laudato Si (2015) e Fratelli Tutti (2020).

Os princípios encontram-se organizados em 10 enunciados, agrupados num documento chamado “A Economia de Francisco e Clara: Denúncia de Violência Financeira e Abuso de Economias Para o Bem Viver das Pessoas”, uma cartilha didática com cláusulas básicas sobre economia para o bem viver dos povos. Eles partem da necessidade de uma crença na Ecologia Integral, no Desenvolvimento Integral, em alternativas anticapitalistas, nos Bens Comuns, de que ‘Tudo está interligado’, na Potência das Periferias Vivas, na Economia a Serviço da Vida, nas Comunidades como Saída, na Educação Integral e na Solidariedade e no Clamor dos Povos.

Para além do fato de ser um pleito relativamente novo, o que podemos esperar é que em conjunto com outras percepções sobre os equívocos que a economia tradicional encerra, também a Economia de Francisco possa sepultar o egoísmo que a acumulação desenfreada de capital impõe à natureza humana, não àquela natureza inata, mas ao propósito que deve nortear o ser humano desde sua concepção: o de servir a outro ser humano com amor, respeito, carinho e empatia, partilhando cada momento de crescimento.

### **Cuidado: Veneno!**

#### **Especialistas querem Brasil à frente da busca por regulação internacional de agrotóxicos na ONU**

Por Cristiane Sampaio - Brasil de Fato

*Processo pode demorar anos e carece de engajamento direto do Estado; país é maior consumidor mundial de venenos*

Um conjunto de especialistas se articula atualmente para tentar estimular o Brasil a atuar como protagonista na busca por um marco regulatório internacional sobre agrotóxicos junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

O processo alcança um conjunto de [atores envolvidos no combate ao uso de pesticidas](#), como acadêmicos, movimentos populares, lideranças de organizações não governamentais (ONGs), representantes do sistema de Justiça, entre outros vocalizadores da pauta. O assunto foi o foco de um seminário sediado pela Câmara dos Deputados nesta quinta (27) para discutir o tema e promover um intercâmbio entre os grupos de interesse engajados nessa agenda.

Curadora do evento, a geógrafa e professora da Universidade de São Paulo (USP) Larissa Bombardi explica que a luta por uma regulação global para os venenos ainda tem uma extensa jornada adiante para que possa colher frutos junto à ONU. A proposição de iniciativas do tipo precisa necessariamente partir de algum Estado-membro do organismo.

“A gente deseja que seja o Brasil porque seria muito simbólico. É o país que mais consome agrotóxicos no mundo e, neste momento, o país tem o governo Lula e tem essa liderança mundial na discussão ambiental. Seria, então, muito importante que ele fosse o país a propor [o marco].”

Os especialistas entendem que a criação de um marco regulatório seria fundamental para se promover o controle do uso desse tipo de produto e, na melhor das hipóteses, a longo prazo, o seu banimento.

Os agrotóxicos têm comprovado efeito nefasto na saúde humana, bem como afetam a biodiversidade, contaminam os recursos aquáticos e ajudam a comprometer os direitos de populações mais vulneráveis que residem em áreas próximas àquelas onde o agronegócio [utiliza venenos em larga escala](#), como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros segmentos. Problemas como esses já foram apontados por uma série de instituições, como o Ministério Público Federal (MPF), o

Instituto Nacional do Câncer (Inca), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

## Desafios

Integrante da Aliança Internacional para a Padronização de Agrotóxicos (IPSA), a professora Larissa Bombardi aponta que o lobby das grandes indústrias em prol do uso de venenos ainda é um dos principais entraves à luta contra os pesticidas. “Tem uma parte das substâncias altamente tóxicas que a União Europeia (UE) já banuiu, mas a mesma UE, por meio das suas empresas, controla pouco mais de um terço das vendas mundiais e vende essas substâncias que não são toleradas no seu próprio território. E o que acontece é que hoje a América do Sul é o lugar do mundo que mais consome agrotóxicos, enquanto na UE houve queda de cerca de 3% nos últimos dez anos.”

Ela afirma que, no mesmo período, o Brasil, por exemplo, viveu um salto de 78% no consumo desses produtos. “Há, então, um enfrentamento grande que precisa [ser feito em relação a essa lógica econômica](#). Por outro lado, tem um crescimento também da conscientização internacional sobre o tema, os movimentos se enxergam uns nos outros, então, apesar de o quadro ser desafiador, sou otimista.” A pesquisadora afirma que, na busca por um fluxo contrário a essa tendência de aumento, seria necessário grande engajamento do Estado brasileiro em torno dessa agenda.

“Ainda falta um amadurecimento maior pra isso no Poder Executivo. Precisamos amadurecer isso no governo. O Ministério do Meio ambiente está sensível, o do Desenvolvimento Agrário é o que mais está sensível, o da Saúde também. É preciso que isso alcance outras estruturas do governo. A gente tem construído e tentado dialogar com o governo em diferentes esferas”, conta.

Ao mesmo tempo em que desenvolvem esse trabalho, os especialistas tentam fazer a pauta do combate aos agrotóxicos crescer ao nível mundial. Uma conferência sobre a criação de um marco regulatório internacional está prevista para ocorrer em 29 de outubro no Parlamento Europeu, em Bruxelas, na Bélgica. “A ideia é que esse debate se dê no Sul Global e também no Norte Global. Precisamos fazer essa ponte. Temos que trazer esse tema à tona e amplificar o debate”, afirma Bombardi.

## Vantagens

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) e um dos combatentes do uso de agrotóxicos no país, o deputado estadual Renato Roseno (PSOL) ressalta que a regulação internacional seria fundamental para promover uma maior segurança ambiental e a proteção à saúde humana, tendo ainda a capacidade de afugentar de forma progressiva o lobby das grandes corporações que faturam com a venda de pesticidas. Bayer, Syngenta, Basf e Corteva são as transnacionais que concentram 70% do mercado de venenos no mundo.

Roseno é autor de uma [legislação que proibiu a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará](#) nos últimos anos. Apesar de aprovada pela ALECE e ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito de [uma ação judicial que tentava invalidar a norma](#), a lei ainda enfrenta grande oposição do agronegócio.

“Metade dos produtos licenciados no Brasil é categorizada como ‘altamente perigosa’ e 60% dos novos agrotóxicos regulados aqui já são banidos na Europa. Então, além de serem modalidades perigosas, o que se pulveriza [no meio ambiente] também é perigoso, por isso é necessário se ter um parâmetro que possa diminuir a pressão econômico-política das quatro grandes corporações porque elas têm um peso gigantesco na regulação em algumas regiões do mundo, notadamente na Ásia, África e América do Sul”, esquadrinha o parlamentar, ao acrescentar que essas sociedades são mais vulneráveis ao problema porque ainda convivem com as marcas do processo de colonização. O psolista afirma ainda que o debate [sobre uma regulação internacional](#) para o uso de venenos tende a ultrapassar as raias de uma década. “O tratado das crianças [Convenção sobre os Direitos da Criança], por exemplo, que é o tratado mais ratificado do mundo, teve sua primeira proposta apresentada em 1979 pela Polônia e foi

aprovado somente em 1989. Um tratado como esse [dos agrotóxicos], que seria muito polêmico, fatalmente demoraria mais uma década.”

### **Sociedade civil**

A procuradora da República Fátima Borghi, uma das vozes que acompanham esse tipo de debate no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), diz que a participação social é fundamental para fortalecer a transparência e a democracia, ampliando, assim, a luta por uma sociedade ambientalmente equilibrada. “Todos sabemos que envolver a comunidade em um debate é algo que traz um senso de responsabilidade compartilhada. As políticas públicas e os programas desenvolvidos com a participação da sociedade tendem a ser mais eficazes, pois consideram as realidades locais nas comunidades. A participação ativa em questões ambientais promove a conscientização da população sobre os desafios e soluções ambientais, fortalecendo a cultura da preservação. Com isso, as políticas ambientais ganham também maior legitimidade, o que facilita a sua implementação”, enumera.

Iniciativas como a Via Campesina e a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (Cloc), por exemplo, têm investido em uma ampla campanha em diferentes países para tentar promover uma maior popularização do debate contra o uso de venenos. “Nós entendemos que precisamos fortalecer esse processo de articulação entre os países, em especial os do Sul Global, que precisam de espaços mais democráticos de articulação entre territórios, povos e governos para que a gente possa avançar nessa agenda, entendendo também, claro, a complexidade que existe em todas essas esferas”, afirma Jakeline Pivato, da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Articulador de uma série de acampamentos e assentamentos que lidam com o tema da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) está entre as organizações que mais investem no debate sobre a contenção do uso de pesticidas. A organização defende que haja, em substituição a isso, a adoção de modelos agroecológicos de produção. “Há uma crise estrutural do modelo hegemônico de produção da vida em sociedade. É um modelo que nos impacta do ponto de vista econômico e social, mas que revela também uma crise climática, uma crise de caráter ambiental e sobretudo uma crise civilizatória, que nos remete a pensar o futuro da humanidade e a forma como a gente lida com a nossa forma de produzir”, afirma Ceres Hadich, da direção nacional da entidade.

Para o coordenador de programas e projetos de Justiça Socioambiental da Fundação Heinrich Böll Brasil/Alemanha, Marcelo Montenegro, o papel da sociedade civil é essencial no sentido de pressionar o Estado para que ele se envolva efetivamente nessa agenda. “Acredito que essa reflexão e esse pedido têm um embasamento muito forte. A gente, por ser uma fundação, não tem o papel de puxar isso, mas vejo como um passo natural a luta de atores civis nessa busca junto ao Estado. Vamos ver como ele vai responder a essa demanda e se vai levar adiante essa ideia de protagonismo na busca por um marco regulatório internacional.”